

ESTUDOS SOBRE AS MULHERES EM PORTUGAL

A construção de um novo campo científico

Virgínia Ferreira

Bem sei que a revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os estratos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desnraizada, e a primeira repressão, aquela em que veio assentar toda a história do género humano, criando o modelo e os mitos das outras repressões, é a do homem sobre a mulher. (...) Tudo terá de ser novo, e todos temos medo. E o problema da mulher, no meio disto, não é de perder ou ganhar, é o da sua identidade.

(Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, 1972)

Em 1995, Marianne Grünell e Erna Kas (1995) publicaram um balanço da actividade dos estudos sobre as mulheres em Portugal pautado pela ideia de que estes viviam uma espécie de vida oculta, permanecendo clandestinos, escondidos entre as mais variadas actividades académicas. Em entrevistas que, então, lhes concederam, preconizavam algumas das especialistas que o mais provável seria que os estudos sobre as mulheres continuassem a ser essencialmente um campo complementar, vislumbrando algumas hipóteses de institucionalização apenas ao nível dos cursos de pós-graduação. Manifestavam, porém, a esperança de que as universidades privadas, em fase de grande expansão naquela altura, pudessem investir mais na criação de estruturas formalizadas de estudos sobre as mulheres. Alguns anos depois sabemos que as previsões apenas se confirmaram parcialmente. Nesse balanço assomava no discurso de várias entrevistadas uma certa acomodação relativamente à coexistência entre várias perspectivas presentes nos estudos sobre as mulheres, coexistência essa que assentava, na sua opinião, no princípio da indiferença. Teresa Joaquim, uma das entrevistadas, traduziu esta apreciação recorrendo à ideia de cortesia, de boa educação (*politeness*) (Grünell e Kas, 1995: 543). Segundo ela, com toda a nossa civilidade, não nos criticamos umas às outras e, assim, vamos podendo continuar a trabalhar juntas. O projecto cujos resultados apresentamos nos n.ºs 5 e 6 da *ex æquo* pretende elevar este patamar da cooperação a um nível de entendimento tornado possível e consumado, apesar das diferenças de perspectiva.

Antes, porém, de procedermos à apresentação do tema destes dois números da *ex æquo*, vou começar por contextualizar o projecto que lhes deu origem.

A refundação do saber: o contributo dos estudos sobre as mulheres¹

Ao caminharmos para o final do século, parece que a necessidade de efectuar balanços de um tempo que está quase a passar ao estatuto de passado recuado — o

século passado — se generalizou. Têm surgido alguns trabalhos desta natureza, nomeadamente na revista *Signs* (vol. 25, n.ºs 3 e 4, de 2000) e na *Contemporary Sociology* (vol. 30, n.º 1, de 2001) ou em publicações autónomas como o livro de Londa Schiebinger, *Has Feminism Changed Science?*, de 1999. Este último trabalho, por exemplo, dirige ao mundo da ciência, propriamente dita para o senso comum, as mesmas perguntas que as humanidades e as ciências sociais já haviam formulado. Trata-se basicamente de saber se as mudanças culturais e os novos movimentos das mulheres tiveram algum impacto no conhecimento que é produzido. Isto, evidentemente, muitos anos depois das denúncias de que a ciência praticada, para além dos seus praticantes serem homens, ter matriz, substância e *ethos* masculinos, como o fez Evelyn Fox Keller em 1985 (uma entre muitas outras cientistas bem sucedidas que se dedicaram ao estudo da história e da filosofia da ciência). Portanto, a pergunta já não é a de saber se os discursos científicos são ou não enformados pelas ideologias sociais, mas de saber se uma determinada ideologia, nomeadamente o feminismo, determinou ou não algumas mudanças no edifício semântico e consequentemente nos discursos produzidos. Londa Schiebinger resume assim algumas das mudanças por ela identificadas:

A primatologia já não vê a sociedade dos primatas não humanos em termos exclusivamente de machos agressivos pelo controlo do território. A arqueologia agora concebe as 'primeiras ferramentas' em termos de paus para escavar, cestos (usados para recolher alimentos) e lingas (para carregar os bebés) a par dos tradicionais instrumentos de caça — pontas de setas, pontas de lanças, machados e cutelos. A biologia já não fala das substâncias andrógenas fetais como capazes de provocar a masculinização de certas áreas do cérebro. A lei exige que a pesquisa médica teste os procedimentos e os medicamentos tanto em homens como em mulheres. (Schiebinger, 1999: 181)²

Como tem vindo a ser amplamente reconhecido no âmbito da crítica epistemológica e da análise sociológica do desenvolvimento das ciências sociais durante o século XX, os estudos sobre as mulheres, ao porem em causa a capacidade destas para explicarem a realidade das mulheres, deram um empurrão definitivo ao abalo sofrido pelo edifício das ciências sociais que tinha na pretensão de universalismo um dos seus principais pilares. A crítica feminista deve a sua eficácia, em parte, segundo creio, ao facto de se tratar de uma voz interna, em paralelismo com o que de certo modo também se pode dizer da dissidência ambientalista. Tanto a feminista como a ambientalista são vozes que procedem, supostamente, do interior do núcleo do sistema e não das suas zonas periféricas, dos pobres ou das minorias étnicas dos países ocidentais, por exemplo, ou mesmo do seu exterior — o mundo não ocidental no seu conjunto. Como é reconhecido em relatório recente, as consequências da crítica feminista e doutras são devastadoras a vários níveis:

[a crítica] vai mais fundo do que a questão das origens sociais dos investigadores. As novas 'vozes' ouvidas entre os cientistas sociais levantaram problemas teóricos que foram para além da questão dos tópicos ou assuntos de estudo legítimo, e inclusivamente para além do argumento de que as avaliações são diferentes consoante as

perspectivas a partir das quais são feitas. Assim, estas novas vozes vieram ainda argumentar no sentido de que a estrutura teórica das ciências sociais (e de resto também das ciências naturais e das humanidades) tem sofrido a incrustação de certos pressupostos, e em muitos casos de preconceitos ou de raciocínios apriorísticos, desprovidos de qualquer justificação teórica ou empírica, os quais deveriam ser elucidados, analisados e substituídos por premissas mais justificáveis. (Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais, 1996: 83)

A reflexão sobre as ciências sociais apresentada neste relatório é pertinente para o presente projecto sobre os estudos sobre as mulheres a vários títulos. Para além de desvelar o contributo destes para a reestruturação da ciência, também nos ajuda a compreender o seu estatuto e a sua natureza transdisciplinar. Os estudos sobre as mulheres surgem incluídos nos chamados estudos culturais, que atraíram em especial: 1) especialistas de estudos literários, que encontravam uma nova legitimação para o seu interesse na situação sociopolítica contemporânea; 2) especialistas de antropologia e de história, sob influência da nova ênfase nas análises de incidência local; 3) e de especialistas de estudos sobre as mulheres e de estudos por áreas, por causa do acolhimento que o quadro teórico 'pós-moderno' oferece à problemática da diferença.³ O forte impacto dos estudos culturais fez-se sentir em todas as disciplinas, tendo a linguagem passado a ser um tema de discussão central, quer como objecto de estudo, quer como meio de reflexão epistemológica. A hermenêutica foi recuperada e as chamadas grandes teorias foram rejeitadas. Foi no seio das ciências sociais e das humanidades que estas novas concepções foram especialmente acolhidas e um dos seus efeitos foi o surgimento de formas de cooperação intelectual que passaram por cima das linhas divisórias que convencionalmente separavam aquelas duas áreas. É neste quadro que podemos entender a defesa do poético como "feminista", com base na sua perturbante e incessante escolha da "palavra que jamais pode decidir-se definitivamente como certa", na linha de Irene Ramalho, no seu texto aqui publicado.

Penso que será útil acompanharmos brevemente as linhas de questionamento abertas em algumas das ciências sociais, que irão ser retomadas, embora sem carácter sistemático, em outros dos textos agora divulgados.

Eixos de questionamento em algumas disciplinas

A ciência tem vindo a ocupar-se da dominação e da opressão das mulheres (no sentido que Iris Marion Young dá a estes termos) de forma sistemática, desde os anos 70.⁴ Claro que a primeira tarefa consistiu em denunciar a ausência das mulheres quer enquanto produtoras quer enquanto objectos de conhecimento. Exploraram-se, então, os enviesamentos tanto nos conceitos como nos métodos das várias disciplinas. A denúncia de que as respostas obtidas se baseavam nas experiências dos homens levou a mudanças profundas tanto quanto à formulação das

perguntas como quanto aos critérios para considerar as respostas adequadas. As respostas alternativas começaram então a ser delineadas. Inicialmente, foi dada especial atenção às diferenças entre os sexos e ao modo como as condições sociais de cada um estavam relacionadas ou não com as características biológicas. Numa segunda fase, dominou a preocupação pelos papéis sexuais e a socialização, donde ressaltou a conceptualização das relações sociais de sexo como um resultado do funcionamento da sociedade. Na terceira fase, finalmente, adoptou-se definitivamente a perspectiva social, passando as relações sociais de sexo a serem entendidas como uma componente essencial de todas as relações sociais e atravessando todos os sistemas sociais. Isto é, tornaram-se incontornáveis em qualquer abordagem, seja qual for o objecto — o trabalho, a família, o lazer, a política, as interacções na vida quotidiana, o desenvolvimento económico, o direito, a educação ou a política.

Na sociologia, o questionamento introduzido pelos estudos sobre as mulheres traduziu-se numa ruptura das construções das categorias de sexo elaboradas em sede da disciplina. Ao articulá-las numa relação social, a perspectiva dos estudos sobre as mulheres tornou as categorias de sexo inseparáveis do ponto de vista científico. Ao enunciarem a inextricabilidade dos processos de construção sociológica dessas categorias, os estudos sobre as mulheres trouxeram também o estilhaçar das fronteiras demarcativas da divisão de trabalho intelectual entre os vários ramos da sociologia. Passou a ser impossível reflectir sobre o trabalho negligenciando a família, ou sobre o trabalho remunerado sem olhar para o trabalho doméstico, ou sobre os espaços de lazer ignorando a organização espacial e temporal da vida laboral, etc. Reforçou-se o entendimento do sistema social como um sistema global, e as relações sociais de sexo como transversais a todo o sistema social. Com a entrada progressiva de mais mulheres para o campo da sociologia, e porque são elas quem mais se interessa pelas relações sociais de sexo, como veremos posteriormente, houve uma gradual mas decisiva implantação no âmago das práticas disciplinares das problemáticas aprofundadas no âmbito dos estudos sobre as mulheres. Hoje em dia já nenhum manual ou livro de texto se atreve a não incluir um capítulo dedicado aos estudos sobre as mulheres ou a introduzi-los transversalmente em todos os capítulos. Os debates da teoria feminista que tiveram maior impacto na sociologia ocorreram em torno:

- dos fundamentos da subordinação das mulheres relativamente aos homens;
- da autonomia das relações sociais de sexo no quadro dos sistemas sociais;
- e do estabelecimento de uma metodologia e epistemologia feministas.⁵

Para a sociologia, trata-se de refutar os discursos que façam assentar a subordinação das mulheres “na sua natureza”, e, em alternativa, oferecer explicações na base dos constrangimentos que lhes são criados pela discriminação social, pela violência masculina e pelo sexismo institucionalizado ao nível quer do quadro jurídico quer das práticas institucionais (veja-se, no texto de Anália Torres, incluído no número 6, a recorrente referência à importância de rejeitar as posições essencialistas). Ao nível mais microssociológico, a questão da internalização das diferenças sexuais através da socialização tem estado no centro de um aceso debate.

Estas polémicas vão certamente permanecer connosco, até porque continua a levantar-se uma questão muitíssimo importante para a sociologia que é saber como definir as mulheres enquanto colectivo social, sem que essa definição assente no sexo biológico. A solução não passa por remeter a questão dos fundamentos da opressão para a função procriativa ou uma maior fragilidade física das mulheres, porque a ser assim, se estes fundamentos justificavam em si a sujeição das mulheres aos homens, podemos perguntar para que foram então necessárias tantas leis e tantas normas de interditos e deveres (veja-se o texto de Teresa Beleza na *ex aequo* 6), ou seja, para que foi necessária a dominação. A dominação e opressão das mulheres devem então ser explicadas socialmente. Em minha opinião, porém, só na articulação entre o biológico e o social é possível fazê-lo de forma satisfatória. Subscrevo, por isso, a prece de Linda Alcoff (2000), quando afirma que espera que o descarte automático de tudo o que ‘cheire’ a essencialismo esteja em vias de deixar de ser moda, para que possamos teorizar as relações sociais de sexo, adoptando uma perspectiva em que o corpo adquira uma nova centralidade. Desta nova atenção ao corpo, resultante em especial da crítica do pós-estruturalismo ao projecto racional que fez ressaltar uma nova relação entre o desejo e a razão, há-de nascer uma definição não essencialista do colectivo social das mulheres que tenha em conta as diferenças e as funções biológicas.

O segundo debate, igualmente vivo, tem-se centrado na questão de saber se as relações sociais de sexo são em si um princípio central da organização da sociedade, ou se, pelo contrário, são uma relação social que deriva dos sistemas sociais no seu todo. Dilema que está na base das discussões em torno da definição do “inimigo principal” (relembremos a pergunta lançada por Christine Delphy nos anos 70 e o eco que dela fizeram muitas teóricas do feminismo interpelando outras ideologias de transformação social, especialmente o marxismo). Mais tarde, durante os anos 80, viria a sobressair a polémica em torno da articulação entre as diferentes modalidades de dominação (entre sexos, entre etnias, entre idades, entre orientações sexuais, etc.). Nos anos 90, impôs-se uma posição que traduz maior complexidade dos sistemas sociais, de acordo com a qual as relações sociais de sexo codeterminam-se em articulação com outras relações sociais em cada situação social concreta. Não se trata, porém, de uma articulação entre entidades que preexistem ao momento da articulação. Elas definem-se de forma articulada no momento da sua concretização (Ferreira, 1999: 53). A principal marca dos chamados discursos pós-coloniais que vingaram durante a última década seria o reconhecimento de que as histórias e as heranças do sexismo, do racismo, do capitalismo e do colonialismo se encontram inextricavelmente ligadas, e de que, portanto, as vidas das mulheres são incomensuravelmente diversas. Não deixa contudo de ser muito complicada a questão da articulação das relações sociais na vida e a sua autonomização para fins analíticos.

Também na economia, a agenda de revisão crítica dinamizada pela *International Association for Feminist Economics*, fundada em 1991, tem mobilizado a atenção das académicas desta área especialmente para três questões: a redefinição do próprio campo da economia (deslocando a ênfase da acção racional para a da providência); a reavaliação do sistema de valores que subjaz à disciplina (reequilibrando

a valorização que é feita da actividade feminina e da masculina); e o repensar da prestação de cuidados, bem como dos dualismos convencionais como o agregado doméstico *versus* mercado, ou altruísmo *versus* interesse próprio, por exemplo.⁶

O trabalho desenvolvido não se fica, porém, por aqui. Há que referenciar uma enorme plêiade de economistas que têm utilizado as metodologias convencionais da disciplina para investigar modelos de discriminação no mercado de trabalho e no agregado doméstico, como são exemplo entre nós Maria do Pilar González, que trabalha algumas destas questões da perspectiva da economia do trabalho no seu texto de balanço incluído no n.º 6.

A ciência política que se faz em Portugal recorre sobretudo às metodologias quantitativas analisando o comportamento político, em especial o comportamento eleitoral. Nesta análise, as relações sociais de sexo não são tomadas em conta. O que se nota é que recentemente o sexo foi substituído por 'género', como mera categoria empírica descritiva. É agora dada maior atenção às diferenças de comportamento eleitoral e político entre mulheres e homens e é tudo.⁷

À semelhança do que acontece no campo da economia, a interpelação da teoria política pelos estudos sobre as mulheres vai no sentido de criticar os textos canónicos da disciplina e redefinir quer a natureza da política quer a natureza do conhecimento produzido pela disciplina (Ritter e Mellow, 2000). A base de inspiração deste trabalho de reconceptualização tem sido a teoria perspectivista feminista desenvolvida na obra de Nancy Hartsock e especialmente de Sandra Harding, cujas linhas de força principais são, como é sobejamente conhecido, a noção de que o conhecimento assenta na experiência e depende da localização social do sujeito.

Deste quadro resulta uma grande ênfase na discussão do estatuto da experiência, dos fundamentos da formação dos grupos e das ligações entre a política e a epistemologia. Também aqui a análise do trabalho de cuidar dos outros e a crítica das estruturas políticas que assentam numa lógica de direitos individuais de pessoas autónomas tem tido um enorme acolhimento, em especial a partir da obra de Carole Pateman — *The Sexual Contract* (Cambridge: Polity, 1988).⁸ Outra linha de análise prolonga este eixo de questionamento e mostra como as políticas sociais e as instituições estatais têm impactes diferentes sobre os homens e as mulheres.

Em jeito de síntese, podemos afirmar que a teorização da prestação dos cuidados aos membros da família, que tem sido convencionalmente atribuída às mulheres, tem-se constituído em objecto de grande atenção por parte de muitos estudos sobre as mulheres. Esta questão continua a concitar muito interesse, mas cada vez mais enquanto posição do sujeito que permite apontar as limitações dos modelos teóricos convencionais, que ignoram a questão ou a interpretam e tomam como uma divisão natural, e ao mesmo tempo denunciar as motivações políticas que subjazem à separação entre ética e política. Não se trata, do nosso ponto de vista, de associar inevitavelmente a ética de responsabilidades e cuidados com as mulheres, mas de exigir uma reavaliação que reconheça a prestação de cuidados como uma actividade humana fundamental, que como tal deveria ser retomada em todos os modelos de justiça e de filosofia política.

Apesar da elevada qualidade do trabalho que tem sido desenvolvido, a ciência política continua a não reconhecer as relações sociais de sexo como um eixo

analítico legítimo para o conhecimento da política. O carácter interdisciplinar tem sido um dos possíveis obstáculos. A especialização tende a fazer com que não se conheça nada do que é produzido fora do respectivo campo. As revistas mais tradicionais não mostram grande abertura à publicação de trabalho realmente inovador nesta área de estudos sobre as mulheres; quando muito abrem-se à fileira empiricista, e são em geral as novas revistas que tendem a ser mais interdisciplinares que proporcionam melhor acolhimento à inovação e muitas redes de investigação preferem publicar colectâneas a publicar artigos isoladamente em revistas.

Em suma, os estudos sobre as mulheres, mais do que denunciar os pressupostos e enviesamentos sexistas, ao colocarem as relações sociais de sexo no centro da análise, "mexem" com todas as perspectivas científicas e criam um mundo novo de "objectos" a investigar porque, precisamente, como se afirmava já nas *Novas Cartas Portuguesas*, nenhum edifício semântico pode ficar de pé, com a denúncia da dominação e da opressão das mulheres. O seu impacte fundamental passou por demonstrarem que não se trata de uma simples redistribuição dos produtos da ciência (acesso a empregos e equipamentos tecnológicos, projectos de investigação, políticas de promoção do desenvolvimento científico, etc.), mas de mudar as concepções do saber e dos métodos de o obter. Neste quadro, um dos contributos mais importantes dos estudos sobre as mulheres é sem dúvida o desenvolvimento dos métodos e dos procedimentos da interdisciplinaridade em acção, a ligação a problemas sociais candentes e a visibilização da mais-valia que as mulheres, ao longo da história, puderam trazer para o saber e para o desenvolvimento da humanidade.

A construção dos estudos sobre as mulheres em Portugal

Os balanços, como não pode deixar de ser, são elaborados a partir da "última" perspectiva, daquela que decorre da conversão mais recente e, por isso, corre-se o risco de neles perpassar uma ilusão de linearidade, que de forma alguma caracterizou os percursos dos estudos sobre as mulheres, pontuados evidentemente por numerosos avanços e recuos, convergências e rupturas.

É neste entendimento que devem ser interpretados os resultados do trabalho aqui apresentado, que nos dão conta do crescimento do campo e das questões que presidiram à reflexão em cada período ao longo dos últimos 30 anos e a respectiva ancoragem nos debates científicos recorrentes em cada época.

Este projecto englobou a elaboração de balanços sistemáticos sobre as transformações induzidas pelos estudos sobre as mulheres nos vários campos da produção científica (e em alguns casos artística), vista a partir da realidade nacional. Com a realização destes estudos pretende-se, para além de disponibilizar uma série de bibliografias especializadas, mapear as diversas rupturas teóricas, epistemológicas e metodológicas registadas em vários campos da produção intelectual.

Foi sugerido às autoras que os estudos deveriam:

- ser representativos do trabalho que se tem vindo a fazer em disciplinas tradicionais como a História, a Filosofia, a Pedagogia, a Sociologia, o Direito, a Economia e os Estudos Literários e em algumas mais recentes como os Estudos Culturais, etc;
- indiciar as perspectivas de evolução num futuro próximo;
- contribuir para a renovação do campo, em termos de temáticas.

As diferentes componentes do projecto cujos resultados agora se publicam são as seguintes:

- balanço/reflexão em torno das transformações induzidas pelos estudos sobre as mulheres no corpo teórico e nas práticas metodológicas de várias áreas disciplinares científicas e humanísticas realizada quer para o nível global quer nacional de cada disciplina;
- levantamentos bibliográficos das áreas disciplinares mais significativas do ponto de vista do impacto dos estudos sobre as mulheres;
- estudo sobre a evolução da APEM ao longo dos seus 10 anos de existência que se celebram em 2001 (actividades; características, representações e expectativas das pessoas associadas; opiniões das dirigentes ao longo dos 10 anos, perspectivas de evolução, etc.).

A ex æquo dirigiu este desafio a algumas das autoras que, do nosso ponto de vista, mais têm contribuído para a construção do campo dos estudos sobre as mulheres no nosso país. Não tivemos a preocupação da exaustividade, de incluir todas as autoras e autores relevantes, mas de incluir pelo menos um/a das áreas disciplinares com mais visibilidade no cenário nacional. Nem tivemos como critério o da adesão a uma linha teórica e, para reforço desta linha de força do projecto, excluímos propositadamente as contribuições dos membros da direcção da APEM.⁹ Pensamos que os resultados espelham essa diversidade de posicionamentos.

O objectivo deste projecto colectivo não era fazer alinhar uma série de vozes por uma escolha programática, seja em termos de perspectiva seja em termos de conteúdos. Neste quadro, cada autora encontrou a sua própria resposta, quer nas formas quer nos conteúdos. Temos, portanto, textos mais circunstanciais e textos mais sistemáticos, uns mais ensaísticos e outros mais descritivos. Algumas autoras optaram por avaliar o impacto através da sua própria autobiografia intelectual (Eugénia Vasques), enquanto outras realizaram um repositório sobre a produção nacional numa perspectiva que vai para além da sua disciplina de referência, *et pour cause* da porosidade das fronteiras disciplinares (Fernanda Henriques e Teresa Pinto e Teresa Joaquim). Maria Irene Ramalho fez uma subtil inversão da sua tarefa: fala também do contributo da Literatura e dos Estudos Americanos para o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres. Irene Vaquinhas, de quem já conhecíamos várias publicações de balanço dos contributos da história das mulheres, optou por uma breve actualização desse trabalho e por nos fornecer uma extensa bibliografia que será certamente muito útil. Todos os textos são, porém, igualmente desafiantes no seu pluralismo teórico e metodológico.

Pelo balanço apresentado, parece-nos desnecessário justificar a inclusão do leque de disciplinas que acabou por ser seleccionado. Começámos por ter como objectivo abranger campos menos tradicionais, como as artes plásticas, o audiovisual, o cinematográfico, etc., mas fomos incapazes de superar a dificuldade oferecida pela rarefacção desses campos, apesar de entre os membros da APEM se contarem algumas associadas com interesses nestas áreas, como é possível constatar na caracterização preparada para o número 5 da *ex æquo* por Andreia Rodrigues. Alguns dos textos incluídos mostram como a produção nacional em campos contíguos daqueles é também muito escassa (é o caso do teatro e dos estudos culturais, aqui trazidos à colação pela mão de Eugénia Vasques e de Ana da Silva e Teresa Cláudia Tavares, respectivamente). A inclusão do texto de Eugénia Vasques tem o condão, segundo creio, de fazer chegar a um público amplo o que não está acessível senão a um, obviamente reduzido, público de teatro sediado em Lisboa (com raros nichos no Porto). Pela mão da autora, somos apresentadas a um conjunto de iniciativas, que mesmo assim se mostram insuficientes no seu impacto, porque a maior parte delas se ficaram pela efémera aparição em palco. Entre essas iniciativas são escassas as que se reivindicam de uma ideologia feminista, sendo a maior parte delas tributárias de uma atitude no máximo diferencialista ou perspectivista, se preferirmos. Também este trabalho sublinha a superficialidade com que os estudos sobre as mulheres são conhecidos no campo da criação teatral. Quanto ao campo dos estudos culturais sobre as mulheres é também gritante a sua inexistência em Portugal (veja-se balanço de Ana da Silva e Teresa Cláudia Tavares). Ou talvez seja melhor dizer que levam, tal como muitos dos restantes estudos sobre as mulheres, uma existência clandestina, oculta sob a capa de outros rótulos disciplinares. A influência dos estudos culturais, por via das correntes do pós-estruturalismo, pós-colonialismo e da desconstrução, é de tal ordem marcante de toda a actividade intelectual actual que aquela “falta” só pode ser devida à inércia institucional das nossas universidades que leva à pouca abertura face a novas áreas de especialização e de formação curricular.

O discurso das autoras que aceitaram este desafio, para nosso regozijo e proveito, inscreve-se no fio da navalha que separa o seu próprio campo disciplinar e o do que pretendem ajudar a construir — o dos estudos sobre as mulheres. É também por isso que estes textos são tão ricos e constituem matéria de leitura tão interessante.

Para uma construção activa da memória dos estudos sobre as mulheres em Portugal

Ao estabelecermos as nossas prioridades para este projecto, entendemo-lo como uma forma de promover activamente a construção de uma memória. É preciso mostrar que já muita coisa foi feita para desmascarar as adesões/colagens apressadas de última hora, para denunciar o oportunismo recorrente na sociedade

portuguesa, que 'descobre' sem ler, como Maria Irene Ramalho diz a propósito de Bourdieu e da sua obra sobre a dominação masculina.

Como Françoise Armengaud e Ghaïss Jasser afirmam, a *Dominação Masculina* de Bourdieu seria recusada como tese de licenciatura, já que a primeira exigência de qualquer trabalho académico é mostrar que se conhece a literatura produzida no campo. As autoras sublinham que a estratégia de Bourdieu é a deslegitimação dos estudos sobre as mulheres, a negação da sua cientificidade, ao não integrar os resultados da pesquisa e da teorização de muitas intelectuais no seu quadro analítico. É talvez essa a razão porque ele opta por ir buscar a palavra ficcional de Virginia Woolf, preferindo relevar a ficção e não a ciência. Quando desta se socorre, é para o mundo anglo-saxónico que se vira, numa estratégia, na opinião das autoras, de ocultamento da produção nacional francesa. Quando, hoje em Portugal, ouvimos cientistas sociais citar Bourdieu para reconhecerem a existência da dominação masculina, somos tentados a suspeitar que uma atitude político-científica desta natureza não é exclusiva dos franceses.

É com o mau exemplo de Bourdieu em mente que, propositadamente, evitamos incorrer nos mesmos erros e procuramos contrariar a tendência para apagar o trabalho realizado durante décadas no âmbito dos estudos sobre as mulheres em Portugal. Tentamos encurtar a distância entre a produção existente, já razoável, e o reconhecimento institucional que lhe é retribuído que é ainda muito reduzido. É altura de abandonar o discurso da penúria e sublinhar a diversidade de contributos e recursos já disponíveis. Esperamos que estes números da *ex æquo* cumpram, pelo menos em parte, esse objectivo.

O que ficou de fora?

Uma vertente que ficou à margem das análises aqui expostas, mas à qual prometemos dedicar o espaço devido em números futuros da *ex æquo*, é a participação das mulheres na actividade científica, em sentido amplo. Portugal apresenta uma elevada feminização, por comparação com os restantes países europeus, só sendo ultrapassado pela Finlândia. No nosso país, em 1997/8, as mulheres representavam 44% dos investigadores e 17% dos professores no topo da carreira docente do ensino superior (na Finlândia eram 18,4%). Muitos observadores consideram que esta segregação vertical é apenas um efeito geracional e que, com o passar do tempo, aquela percentagem vai subir (veja-se, por exemplo, a entrevista de Maria de Lurdes Rodrigues, presidenta do Observatório das Ciências e da Tecnologias, ao *Notícias da Amadora* de 8 de Novembro p. p.). Recordo-me de, num colóquio já ocorrido há quase 15 anos, esta esperança ter sido verbalizada no debate em torno da feminização do corpo docente do ensino superior.¹⁰ Ora, o estudo realizado em meados dos anos 90 sobre a comunidade científica portuguesa mostra que, apesar dos números parecerem favoráveis, as mulheres continuam a ser confrontadas com obstáculos à sua integração na produção científica, à progressão na carreira e ao acesso à

coordenação e gestão da investigação (Amâncio e Ávila, 1995: 160). Na verdade, durante a década de 1990, o sistema de ensino superior sofreu uma verdadeira explosão e, no entanto, constatamos que o grau de feminização do conjunto das categorias não se alterou (manteve-se à volta dos 40%) e a percentagem de mulheres catedráticas, apesar de aumento que registou, ficou-se pelos 17%. Aliás, não deixam de ser interessantes os números recentemente divulgados pelo jornal *Público* (de 13/11/2001: 34), sobre a feminização das diferentes categorias dos docentes universitários, através dos quais se pode detectar uma diminuição da feminização, já que na categoria de assistentes a presença feminina é menos acentuada do que na categoria de professores auxiliares (36% na categoria de assistentes contra 44% na dos professores auxiliares).

Será que este aspecto da presença das mulheres nos aparelhos de produção e difusão da ciência é pertinente para o avanço dos estudos sobre as mulheres? O que é que é mais importante é quem faz a ciência ou a ciência que se faz? Os dois aspectos estão relacionados? Sem dúvida que sim, pelo que podemos observar através da avaliação conduzida no âmbito dos trabalhos do Grupo de Helsínquia, constituído pela Comissão Europeia precisamente para apreciar a situação e a evolução da participação das mulheres na ciência. No relatório divulgado na conferência de Novembro de 2001, pode constatar-se que, em 97% das propostas de projectos de investigação apresentadas por equipas de investigação com taxas de feminização iguais ou inferiores a 25%, não é dada qualquer relevância às relações sociais de sexo. Em contraste, 86% das propostas de projectos de investigação apresentadas por equipas de investigação com taxas de feminização iguais ou inferiores a 50% têm em conta as relações sociais de sexo nos fenómenos que procuram conhecer (Braithwaite, 2001: 85). É por isso que é importante adoptar uma "política de presença", se quisermos transpor para a prática científica a estratégia que tem vindo a ser defendida por Anne Phillips para a política. É, portanto, necessário que tenhamos mais mulheres em todas as disciplinas científicas para que o diálogo transformador seja facilitado e a estratégia de natureza dupla, que defendo em seguida, possa ter lugar.

E o futuro?

Vale a pena perguntarmo-nos se não é chegado o momento de nos dedicarmos ao debate no interior de cada disciplina, para assim a influenciarmos e transformarmos mais profundamente. Pode mesmo ser um contributo essencial à sobrevivência e desenvolvimento de cada uma delas. Não esqueçamos que os diagnósticos hoje em dia feitos para as ciências apontam a abertura ao exterior como uma estratégia incontornável. No relatório já citado anteriormente da Fundação Gulbenkian, para além de se recomendar "o estabelecimento de estruturas universitárias de programas integrados de investigação transversais às balizas de demarcação tradicionais, apontados a objectivos intelectuais específicos, e dotados de fundos

destinados a períodos de tempo predeterminados (digamos 5 anos)”, vai-se mesmo ao ponto de considerar a obrigatoriedade da dupla filiação departamental de docentes (e de estudantes de pós-graduação) como condição para promover o diálogo entre as disciplinas. Os autores do relatório sugerem, assim, uma quota mínima de 25% de membros de cada departamento sem graus académicos na área disciplinar que dá nome ao departamento (Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais, 1996). Esta medida seria de todo o interesse para obviar também ao acantonamento das especialistas em estudos sobre as mulheres “nas coisas das mulheres” que conduz à negação da relevância do seu trabalho para o saber da disciplina (vejam-se referências a estas práticas de marginalização nos textos de Maria José Magalhães, Teresa Joaquim e Lúcia Amâncio).¹¹

Há quem defenda a adopção desta mesma estratégia, aqui apresentada para as disciplinas académicas tradicionais, no caso dos estudos sobre as mulheres, em especial nos países em que a sua institucionalização académica já conta com algumas décadas. Maria de Lourdes Pintasilgo fazia notar no texto preparado para esta publicação, e infelizmente devorado por uma qualquer enfermidade computacional, daquelas frequentemente diagnosticáveis apenas como “vírus”, que precisamente já se nota nos Estados Unidos da América que os contributos mais interessantes dados a lume nos últimos tempos no que respeita às relações sociais de sexo provêm de caldos disciplinares renovados pelos estudos sobre as mulheres (da Sociologia, da Psicologia, etc.).¹² A institucionalização terá sempre consequências paradoxais. Nesse processo podem-se perder a espontaneidade e criatividade que a marginalização e a informalidade (a marginalidade desejada de que fala Pintasilgo?) facilitam, enquanto, no funcionamento institucional, tenderá a predominar a competição e eventualmente a rigidificação das perspectivas aceites.

Por isso, a nossa estratégia desenha-se como apostando claramente e sem ambiguidades em dois tabuleiros em simultâneo: investir e desenvolver os estudos sobre as mulheres, reforçando a sua credibilidade e visibilização e, ao mesmo tempo, intensificar o diálogo transformador com as disciplinas institucionalizadas. Assim, garantiremos uma base de sucesso para o desenvolvimento científico que procuramos.

Afinal, o caminho hoje apontado como o da renovação das Ciências Sociais é precisamente aquele que mais frequentemente tem sido trilhado por nós, e do qual conhecemos a solidão, os escolhos, mas também o envolvimento e o entusiasmo com a construção de um saber renovado.

Seguir-se-á, na estratégia da APEM, esperamos, e para consumir a segunda vertente da nossa estratégia, a dinamização da produção de materiais de estudo, de formação e de apoio à investigação e às práticas profissionais nos mais diversos domínios, muito importantes quer na formação contínua quer em todos os regimes de educação mais flexíveis, já que o Estado português encetou o lançamento de políticas de *mainstreaming* sem ter cuidado de criar um quadro de especialistas em estudos sobre as mulheres que se encarregue da formação em múltipla escala que é, como se adivinha, absolutamente necessária, se aquela política for para levar a sério.¹³ Esta formação é necessária, não apenas porque se trata de aprofundar o trabalho em torno do conhecimento que vai sendo disponibilizado, mas também

porque, como estudos noutros países têm demonstrado (por ex., Harris, Melass e Rodacker, 1999), o ensino dos estudos sobre as mulheres tem um impacto muito forte a nível do desenvolvimento pessoal, tanto das mulheres como dos homens que por ele passam. Este impacto traduz-se especialmente numa orientação mais progressiva no que diz respeito às relações sociais entre os sexos e num acrescido sentido de controlo pessoal sobre o seu próprio destino.

A APEM espera com estes dois números da *ex æquo* disponibilizar um instrumento valioso para a formação em estudos sobre as mulheres. Trata-se de um guia quasi-exaustivo, orientado, evidentemente, pelas escolhas pessoais das autoras convidadas, que pela sua natureza e extensão nem sempre permite um tratamento exaustivo de conceitos e análises de temáticas concretas, mas que não deixa de apontar as fontes onde podemos encontrá-los.

Pensamos que estes dois números da *ex æquo* poderão, no seu conjunto, responder a vários tipos de necessidades desde as do estudo ao nível da licenciatura ou da pós-graduação ou mesmo as de quem pretenda integrar a perspectiva dos estudos sobre as mulheres nas suas práticas de ensino e de investigação. Encontramos aqui uma “ponta por onde pegar” nas questões. As bibliografias indicadas, na maior parte dos textos, constituem também uma ferramenta complementar preciosa.

O projecto de realizar o balanço apresentado agora pela *ex æquo* foi proposto para financiamento ao Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres em Maio de 2000, havendo ainda a registar a coincidência de, já com alguns contactos feitos, verificarmos que uma colega tinha decidido realizar um projecto de natureza similar.¹⁴ Tivemos vontade de apresentar este projecto sob o seguinte título: “O século dos estudos sobre as mulheres em Portugal”. A ambiguidade, dado estarmos na viragem do século, foi deliberadamente procurada. Será que “século dos estudos sobre as mulheres” foi o que passou ou o que agora começou? Cremos que na verdade o que passou nos deixou um inestimável legado de mudanças radicais na situação das mulheres. Algo que Simone de Beauvoir, em meados da década de 60, ainda não conseguia descortinar, pois acreditava então que a grande revolução do século XX era a do socialismo, por ela interpretado como o ganho de supremacia do produzir sobre o ter (*Les Belles Images*, cap. 1). Mas se adoptarmos os marcos sociais e políticos, em vez dos meramente temporais, para fazer a divisão secular, à semelhança do que autores como Immanuel Wallerstein e Eric Hobsbawm fazem,¹⁵ talvez possamos dizer que o século XXI começou afinal por volta de 1970, uma vez que acreditamos que o caminho emancipatório das mulheres continuará pelo presente século adentro e terá ainda muito que calcorrear se a mudança lenta que se regista em alguns campos — da política, da tomada de decisão e do controlo da sexualidade — se mantiver ao mesmo ritmo.

Se tudo correr bem, em 2011, estaremos a publicar o número 25 da *ex æquo* e a comemorar os 20 anos da APEM. Se tudo corresse mesmo bem ... em especial para os estudos sobre as mulheres ... seriam certamente outras entidades e publicações, nossas congéneres, a lembrarem-nos do nosso aniversário...

Notas

- 1 Entendemos que não devemos voltar à questão da designação a adoptar. No editorial do primeiro número da *ex æquo* pensámos que tinham ficado claras as razões pelas quais preferimos “estudos sobre as mulheres” em vez de “estudos feministas” ou “estudos de género” (há até quem completamente alheado da terminologia há muito consagrada em Portugal fale de “estudos de mulheres”, como é o caso de Miguel Vale de Almeida, em *Senhores de Si*). A questão é, evidentemente, complexa e continua a mobilizar a polémica, como é notório quer em alguns dos textos incluídos no número 5 e 6 da revista quer como resulta do trabalho de análise das entrevistas feitas pela Maria José Magalhães sobre o balanço dos 10 anos da APEM (veja-se o seu texto no número 5). É claro que estamos conscientes de que o nome que damos a algo acaba por prescrever a nossa atitude para com esse algo e de que o acto de nomear é um acto de poder, por isso não queremos ser nem discricionárias nem simplistas, e muito menos temos a pretensão, completamente ineficaz de resto, de impor a todas as pessoas que se revejam na denominação por nós adoptada. O mal-estar que a denominação “estudos sobre as mulheres” suscita é notório e só assim se compreende que, em quase todos os textos, as autoras tenham a preocupação de delimitar o campo dos “estudos sobre as mulheres”, tendo algumas adoptado a designação de “estudos feministas”, outras a de “estudos de género” e a autora do nosso preâmbulo, a Secretária de Estado para a Igualdade, que tão solidariamente aceitou dirigir-se a/os leitoras/es da *ex æquo*, tenha avançado uma nova formulação — “estudos sobre igualdade entre mulheres e homens”. Será que, apesar das diferenças de denominação, podemos reconstituir um fundo comum e uma linguagem compreensível por todas? A nomeação substantiva remete para uma orientação específica, enquanto que a designação de “estudos” remete para um objecto empírico: estudos americanos, por exemplo, configura a “desidentidade compósita da interdisciplinaridade” (Maria Irene Ramalho, *ex æquo* 5). O mesmo podemos dizer dos estudos sobre as mulheres, mas penso que é claro desde o número inaugural da *ex æquo* que é nosso entendimento que nem o objecto empírico dos discursos, nem mesmo os sujeitos desses discursos, são suficientes para que estes possam ser abrigados pelo nosso projecto editorial. Na nossa conceptualização, aos estudos sobre as mulheres compete a criação de metodologias e teorias para estudar os mecanismos de poder visíveis e invisíveis que influenciam o acesso à plena participação nos processos de tomada de decisão em todos os domínios da vida social, económica, política, religiosa, científica e cultural. Para nós, a sua orientação filosófica de base é a prossecução da erradicação da opressão das mulheres, seja através de estratégias de comunalidade ou diversidade, de igualdade ou diferença e de autonomia ou integração. Também as práticas que estas estratégias podem informar devem ser encaradas, no entender da *ex æquo*, na sua plasticidade, pois trata-se de não separarmos o ensino, a investigação e a intervenção, três vertentes não compartimentalizáveis da nossa *praxis*.
- 2 Quanto à matemática e à física, a autora ficou-se pelas considerações quanto aos efeitos de exclusão das mulheres produzidos pelas culturas específicas (crenças, valores e saberes tácitos) associadas à investigação nestes ramos, que acabam por determinar

- “quem tem acesso ao ensino, quem obtém financiamentos, quem goza de prestígio e quem vê serem-lhe abertas oportunidades” (1999: 178).
- 3 São exemplos de estudos de áreas os estudos sobre o Médio Oriente, os estudos sobre a América Latina ou os estudos norte-americanos. Área tem aqui o significado de região. Tal como os estudos sobre as mulheres, os estudos de áreas são essencialmente de natureza transdisciplinar.
- 4 A autora distingue entre a dominação, exercida pelas condições que impedem as pessoas de controlar as suas próprias acções individuais e colectivas, e a opressão, carregada pelas condições sociais que inibem o desenvolvimento pessoal, a capacidade de expressão e de comunicação com os outros (Young, 1990).
- 5 Com uma opinião ligeiramente diferente, veja-se England, 1999.
- 6 Julie A. Nelson assume esta tripla agenda como pessoal (veja-se Nelson, 2000). A economia foi, digamos assim, das últimas ciências sociais, conjuntamente com a ciência política, a responder às interpelações em alta voz que os estudos sobre as mulheres lhe vinham dirigindo desde os anos 70, nomeadamente através do Movimento Mulheres no Desenvolvimento (Women in Development — WID), que pôs em causa as políticas de desenvolvimento aplicadas aos países do chamado Terceiro Mundo, cujo falhanço resultava em parte da não inclusão das mulheres nos programas implementados. A Associação Internacional de Economia Feminista teve uma enorme influência na mudança deste estado de coisas, tendo em 1993 lançado a importante colectânea *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*, organizada por Julie Nelson e Marianne Ferber (Chicago University Press), e em 1995, passou a publicar a revista *Feminist Economics*, que tem funcionado como um importante catalisador de energias e eventos em torno da perspectiva feminista da economia.
- 7 Há que apontar, no entanto, alguns trabalhos que escapam a esta armadilha. Estou a pensar no conjunto das iniciativas editoriais e de investigação lançadas pela Regim-prensa, e nos projectos de intervenção-acção como o Trampolim/Reda, dinamizados pela CIDM, que vão para além de uma perspectiva de “mulheres na política” e respectiva contagem, para desenvolverem uma linha mais próxima da perspectiva “política e relações sociais de sexo”.
- 8 Talvez valha a pena referir que a influência mais longínqua e simultaneamente mais próxima desta linha de abordagem, que distingue entre uma ética de cuidados e uma ética de direitos, é a obra de Carol Gilligan, *In a Different Voice* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982).
- 9 Esta afirmação não pressupõe evidentemente a existência de uma unanimidade de perspectivas entre os membros da direcção da APEM.
- 10 Vejam-se as actas do seminário realizado em 10 a 12 de Dezembro de 1986 pela então designada Comissão da Condição Feminina (Comissão da Condição Feminina, 1987).
- 11 Esta é também uma leitura possível para os valores citados anteriormente a propósito da correlação existente entre a composição sexual das equipas de investigação e a presença ou ausência da temática das relações sociais de sexo na investigação desenvolvida. Ou seja, podemos ver como expressão de um fenómeno de acantonamento e de segregação a grande correlação positiva encontrada entre o estudo das relações sociais de sexo e a feminização das equipas de investigação.
- 12 Foi com dificuldade que nos conformámos com a não inclusão do texto de Maria de

Lourdes Pintasilgo, dado o seu estatuto entre nós e o proverbial optimismo com que tem acompanhado os *novos* movimentos das mulheres. A sua reflexão sobre estes movimentos foi-nos transmitida na sua obra *Os Novos Feminismos — Interrogação para os cristãos?* (1981) e actualizada em algumas publicações posteriores. Teria sido uma excelente oportunidade para a autora voltar a questões, então tratadas, como a da ambiguidade da estratégia feminista da “marginalidade desejada” ou da “igualdade diferenciadora”. Também para nós, e sobretudo para nós, teria sido uma excelente oportunidade para conhecer o seu balanço seguramente pleno da sua singularidade, mesmo quando o seu discurso é teórico-político.

- 13 Os primeiros cursos de formação de formadoras/es em igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens tiveram lugar durante o ano de 2001, por iniciativa da Comissão da Igualdade no Trabalho e no Emprego que, no âmbito do Projecto DELFIM, promoveu ainda a produção de um manual e de alguns vídeos de apoio à formação. Louváveis iniciativas, mas que é necessário desmultiplicar em inúmeras outras.
- 14 Esse projecto acabou por fundir-se no nosso, e é por isso que a apresentação destes dois números da revista é feita na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, instituição em cujo quadro docente se integra a Teresa Cláudia Tavares, a colega que tinha pensado fazer um balanço em torno dos Estudos Culturais e os Estudos sobre as Mulheres e que tão generosamente dissolveu o seu projecto no da APEM.
- 15 Wallerstein fala do longo século XIX, que só teria terminado com a Primeira Grande Guerra Mundial e Hobsbawm, por exemplo, fala do curto século XX, que teria começado em 1917 e terminado em 1991, respectivamente, datas do começo e do final do regime soviético.

Referências bibliográficas

- Alcoff, Linda Martin (2000), “Philosophy matters: A review of recent work in feminist philosophy”, *Signs*, 25 (3), 841-882.
- Amâncio, Lígia, e Patrícia Ávila (1995), “O género na ciência”, em Jorge Correia Jesuino (coord.), *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX — Comportamentos, Atitudes e Expectativas*, Oeiras, Celta, 135-162.
- Braithwaite, Mary (2001), *Gender in Research: Gender Impact Assessment of the Specific Programmes of the Fifth Framework Programme*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Armengaud, Françoise, e Ghaïss Jasser (1994), “Une offensive majeure contre les études féministes”, *Nouvelles Questions Féministes*, 15 (4), 7-20.
- Comissão da Condição Feminina (1987), *A Mulher e o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias em Portugal*, Lisboa, CCF, Cadernos da Condição Feminina, n.º 21.
- Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Europa-América.

- England, Paula (1999), “The impact of feminist thought on sociology”, *Contemporary Sociology*, 28 (3), 263-268.
- Ferreira, Virgínia (1999), “A segregação sexual do mercado de trabalho: perspectivas teóricas e políticas”, *Sociedade e Trabalho*, 6, 39-56.
- Grünell, Marianne, e Erna Kas (1995), “Modernization and emancipation from above — women’s studies in Portugal”, *The European Journal of Women’s Studies*, 2 (4), 535-545.
- Harris, Karen L, Kari Melaas e Edyth Rodacker (1999), “The impact of women’s studies courses on college students of the 1990s”, *Sex Roles*, 40 (11/12), 969-977.
- Nelson, Julie A. (2000), “Feminist economics at the millennium: A personal perspective”, *Signs*, 25 (4), 1177-1181.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1981), *Os Novos Feminismos: Interrogação para os Cristãos?*, Lisboa, Morais Editores.
- Ritter, Gretchen, e Nicole Mellow (2000), “The state of gender studies in political science”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 571, 121-134.
- Schiebinger, Londa (1999), *Has Feminism Changed Science?*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Young, Iris Marion (1990), *Justice and the Politics of Difference*, Princeton, NJ, Princeton University Press.